

# A Breve Gestão de Francisco Dornelles. O Ocaso da Hegemonia da FGV-Rio e da USP “Delfinista” no Comando da Política Econômica Brasileira.

Alexandre Andrada\*

## Resumo

This article analyzes the ideas and acts of Francisco Dornelles’ administration at the Finance Ministry. Although brief, his administration marks an important moment in the history of Brazilian economic thought; the end of the hegemony of the “Delfinista” group from USP and the “monetarists” from FGV-Rio, which dominated economic policing during the Military Dictatorship. Tancredo Neves was inclined to continue the orthodox-like adjustment policies implemented in the last years of the authoritarian regime. This desire of continuity was evident with the choice of Dornelles and Sebastião Vital to command the Finance Ministry. Ulysses Guimarães, on the other hand, was advised by “developmentalist” economists from Unicamp. João Sayad was chosen by the ruling party to be the Minister of Economic Planning. Sayad holds a PhD from Yale, was a critic of “monetarist” policies and enthusiastic about “inertialist” ideas promoted by economists from PUC-Rio. The conflicting coexistence between these different schools of thought was clear during Tancredo’s campaign. After Tancredo’s death in April 1985, Dornelles and Vital lost their political support, becoming an obstacle to the implementations of the changes desired by President José Sarney, Ulysses and Sayad. After Dornelles’ resignation, the “monetarist” group was put aside, making room for rise of alternative schools, notably PUC-Rio and Unicamp, which would dominate Brazilian policymaking in the following decades.

O artigo apresenta uma análise da história, das ideias e dos atos da gestão de Francisco Dornelles no Ministério da Fazenda. Ainda que breve, sua gestão marca um importante momento na história do pensamento econômico brasileiro; o ocaso da hegemonia da ala “delfinista” da FEA-USP e dos “monetaristas” da FGV-Rio sobre os rumos da política econômica nacional. Tancredo estava inclinado a continuar a política de ajuste do tipo ortodoxo implementada no final do governo Figueiredo. Esse continuísmo se torna patente com a escolha de Dornelles e Sebastião Vital para o comando da economia. Ulysses Guimarães, por sua vez, consultava-se com os economistas “desenvolvimentistas”, especialmente aqueles ligados à Universidade de Campinas. Enquanto no Ministério do Planejamento estava João Sayad, ex-professor da FEA, PhD por Yale, crítico da política “monetarista” e entusiasta das ideias inercialistas propalada especialmente pelos economistas da PUC-Rio. A convivência algo conflituosa entre essas diferentes escolas já aparece na montagem do programa do governo da Aliança Democrática. Com Tancredo morto, Dornelles e Vital ficam isolados no governo. De super-ministro o sobrinho de Tancredo passa a ser um óbice às mudanças desejadas por Sarney, Ulysses e Sayad. Com a saída de Dornelles, o pensamento “monetarista” cederia espaço para o protagonismo de outras escolas, notadamente a PUC-Rio e a Unicamp, que dominariam a política econômica brasileira pelos governos seguintes.

**Palavras-chave:** Francisco Dornelles, Ministro da Fazenda, Delfim Netto, Monetarismo.

**Keywords:** Francisco Dornelles, Economic Policy Finance Ministry, Delfim Netto, Monetarism.

**Jel Code:** N16; N46; B22.

**Área 3** - História Econômica

---

\*Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), afsa@unb.br.

# Introdução

Quando tomou posse em 15 de março de 1985 como o primeiro Ministro da Fazenda do Brasil da Nova República, duas coisas pesavam a favor de Francisco Oswaldo Neves Dornelles: seu sobrenome e seu currículo.

Nascido em Belo Horizonte em 1935, Francisco é neto, filho e sobrinho de militares gaúchos, emprestando à sua genealogia um quê dos Buendía. Seu avô, o general Ernesto Francisco Dornelles, era irmão de Cândida Francisca Dornelles. Cândida, por sua vez, vinha ser a mãe de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), o que faz de Francisco sobrinho-neto do mais importante político brasileiro do século XX. O casal Ernesto e Cândida tiveram dois filhos homens. Um era o tenente-coronel Ernesto Dornelles (1897-1964), que se tornaria governador-interventor do Rio Grande do Sul em 1943 por indicação de seu primo Vargas; retornando ao Piratini eleito pelo PSD (Partido Social Democrático) em 1951 <sup>1</sup>. Nessa última passagem pelo governo do Rio Grande, seu secretariado contava com nomes como os de Leonel Brizola (1922-2004) e João Goulart (1919-1976), duas figuras centrais nos sucessos políticos do país dali uma década. Ernesto, o filho, foi também senador por seu estado e Ministro da Agricultura durante o governo Juscelino Kubitschek (1902-1976). O outro filho do casal era o tenente-coronel Mozart Dornelles, pai de Francisco, nosso protagonista. Deslocado para o 11<sup>o</sup> regimento de infantaria em São João Del Rei, Mozart deixou o Rio Grande do Sul em direção a Minas Gerais. Foi lá onde conheceu sua esposa, Mariana Neves. Em 1985 o sobrenome mais importante de Francisco não era o Dornelles, mas o Neves. Mariana era parte de uma família com grande influência na política da cidade desde os tempos da colônia, sendo irmã do ainda hoje mais bem-sucedido político do clã: Tancredo de Almeida Neves (1910-1985).

Francisco viveria na cidade natal de seu tio Tancredo até os 14 anos de idade, mudando-se para a capital do país, o Rio de Janeiro. Durante o governo democrático de Getúlio, o pai de Francisco chegaria ao posto de chefe da Casa Militar. Foi também durante esse período que seu tio Tancredo Neves foi nomeado Ministro da Justiça, cargo que ocupava quando da crise final de 1954. A carreira política de Tancredo, aliás, havia se iniciado em 1935, sendo eleito vereador de sua cidade natal. Foi eleito pelo PSD a deputado estadual em 1947 e a deputado federal em 1950. Foi também um dos coordenadores da campanha vitoriosa de JK nas presidenciais de 1955.

Formado em Direito, Tancredo era versado em questões econômicas, tendo sido diretor do Banco Rural de seu estado (1954), diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (1956-1958), secretário de Finanças de Minas (1958-1960) e presidente do BNDE (1960-1961). Com a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros e das resistências à posse de João Goulart, Tancredo foi o primeiro Primeiro-Ministro de nosso parlamentarismo de ocasião. Em 1963, Tancredo voltou à Câmara dos Deputados, deixando registrado para a posteridade seus gritos de “*canalha!*” dirigidos ao presidente da casa que decretava vago o cargo de presidente da República.

Durante a Ditadura Militar Tancredo seguiu sendo uma figura de proa da oposição consentida. Sua bem-sucedida carreira política seria coroado com a vitória no colégio eleitoral em 15 de janeiro de 1985, tornando-se o primeiro civil a chegar a presidência da República desde a derrubada de Goulart. Saiu-se vitorioso graças a uma série de fatores, como é o caso de todos os eventos. Crucial foi o fato o partido situacionista, o PDS (Partido Democrático Social), ter rachado no processo de eleição de seu candidato às indiretas. Os descontentes com a indicação de Paulo Maluf <sup>2</sup> formaram a chamada Frente Liberal, grupo que abrigava nomes como o de José Sarney (que havia sido presidente nacional da ARENA e era o presidente do PDS até 1984), Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen. Esses dissidentes aliaram-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Criou-se, assim, a Aliança Democrática. Tancredo era visto como um político moderado, com bom trânsito entre os militares e capaz de fazer uma transição de regime sem sobres-

---

<sup>1</sup>Para uma análise exaustiva da história do PSD ver Hippolito (1985)

<sup>2</sup>Para uma análise do processo de escolha do candidato do PDS e da vitória da Aliança Liberal, ver Skidmore (2004[1988], pp 472-481)

saltos. Para a vice-presidência o PFL (Partido da Frente Liberal) indicou José Sarney, que estava filiado ao PMDB apenas por uma necessidade burocrática do regimento das eleições indiretas.

Era um equilíbrio delicado de forças. Por parte dos civis havia o temor de um retrocesso autoritário, pois nem todos os militares aceitavam a transição para a democracia. Por parte dos militares havia o receio de que setores “radicais” do PMDB controlassem o governo Tancredo, desencadeando um processo de revanchismo contra os oficiais, ignorando os termos da lei 6.683 de agosto de 1979, a famosa lei que dava “anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes” (BRASIL, 1979). Os “radicais” se materializavam na figura de Ulysses Guimarães, presidente do partido de Tancredo e malquisto pelas Forças Armadas<sup>3</sup>.

Entre essas preocupações havia um país pobre, vindo de sua pior crise econômica desde o pós-guerra<sup>4</sup>, endividado, negociando acordos com o FMI e com uma inflação alta até mesmo para seus padrões recentes. Para navegar nesse mar revolto, Tancredo acabou por escolher seu sobrinho Francisco Dornelles para a Fazenda.

Formado em Direito pela antiga Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) em 1960, Dornelles especializou-se em Finanças na universidade francesa de Nancy entre 1963 e 1964. De volta ao Brasil, já como funcionário do Ministério da Fazenda, Dornelles viu-se algo constrangido no imediato pós-golpe por conta das relações suas e de sua família com Vargas, Goulart, Brizola, entre outros. Através do gabinete do então ministro Octávio Bulhões, Dornelles foi informado da existência de uma bolsa de estudos na universidade de Harvard a ser oferecida ao ministério. Aprovado na seleção, Dornelles diz que seu chefe o obrigou - numa manobra de caráter persecutório - a apresentar uma carta desistindo do curso. Foi então que Dornelles fez uso de uma relação de parentesco algo inusitada: a irmã de seu pai era casada com o irmão do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Graças a intervenção do presidente do país, Dornelles pode se especializar em Direito Tributário naquela renomada universidade americana.

Segundo seu depoimento, Dornelles afirma que quando retornou ao Brasil em 1966, voltou “como tecnocrata”, sendo então o início de seu “relacionamento com o Delfim, o Simonsen, o [Ernane] Galvêas, e a gente no regime militar” (Dornelles 2006). Em 1967, ele se torna professor de Direito na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio). Junto com a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), notadamente sua ala sob influência de Delfim Netto (os chamados “Delfim boys”<sup>5</sup>), a FGV-Rio<sup>6</sup> era a principal fornecedora de técnicos para a alta burocracia econômica do regime autoritário. Fundada pelos “monetaristas” Eugênio Gudin e Bulhões, depois comandada por Simonsen, a FGV reforçaria sua tradição conservadora com a chegada de Carlos Langoni - primeiro brasileiro a obter um PhD em economia pela Universidade de Chicago - à chefia da instituição em meado dos anos 1970.

Em 1972, Delfim convidou Dornelles para ocupar o cargo de presidente da Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda, onde trabalhou até 1979, tornando-se então secretário da Receita Federal. E como secretário, Dornelles era parte da política econômica de

---

<sup>3</sup>Em suas memórias, Ernesto Geisel diz sobre seu “rival” nas eleições presidenciais: “Ulysses...nunca construiu nada...Sempre fez sua demagogia, sua politicagem, mas jamais produziu. [...] De concreto, na vida pública, Ulysses fez apenas esse monstro que é a Constituição que está aí”. Ainda que não demonstre total apreço por Tancredo, as palavras são mais suaves, diz apenas que esse ‘fazia muitos discursos, era considerado um homem hábil em negociações, um grande articulador, mas como administrador era nulo’ (Geisel In: D’Araújo e Castro, p.262; 447).

<sup>4</sup>Para uma análise do período 1980-1984, ver Carneiro e Modiano In: Abreu (1990, pp. 323-346)

<sup>5</sup>Alcunha consagrada que fazia referência aos jovens economistas da FEA-USP que Delfim levava para formar sua equipe, como Affonso Celso Pastore, Milton Dallari, Carlos Antônio Rocca, Carlos Viacava, Akihiro Ikeda, entre outros.

<sup>6</sup>Fundada em 1944, a FGV tinha como missão a formação de mão de obra qualificada para a burocracia brasileira. Em 1951 cria-se o IBRE (Instituto Brasileiro de Economia) sob comando de Eugênio Gudin e Octávio Gouvêa de Bulhões, dois dos mais renomados economistas brasileiros da época, transformando a FGV em um *think tank* do pensamento econômico “ortodoxo”. Esse episódio é, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes na história das Ciências Econômicas no Brasil. Para mais detalhes do período ver Andrada, Boianovsky e Cabello (2018).

Delfim Netto, abandonando o posto virtualmente às vésperas da eleição de seu tio. Por isso seu nome era associado com o continuísmo, com o “monetarismo”.

Ou seja, em 1985, já beirando os 50 anos, Francisco Dornelles não só tinha um currículo acadêmico respeitável, mas também larga experiência burocrática. Era um conservador, alinhado com as ideias de Delfim, de Simonsen, contrário às “heterodoxias” que marcariam o governo Sarney. E Tancredo não o escolheu apenas por questões de confiança ou parentesco, havia entre eles um alinhamento de visão sobre os problemas e as soluções para a economia brasileira. É muito citado o episódio em que Chico Lopes apresenta sua proposta de choque para o então candidato a presidente. À saída do acadêmico, Tancredo teria dito aos seus interlocutores: “Esse filho do Lucas Lopes [um dos ministros da Fazenda de JK] tem umas ideias estranhas!” (Leitão 2013, p. 55).

Tancredo desejava entregar o controle de toda a economia para economistas conservadores, mas não o pôde. O PMDB de São Paulo exigia ao menos uma das pastas da área. Franco Montoro, então governador do estado, indica João Sayad, seu secretário de seu governo, para a pasta do Planejamento. Sayad havia sido aluno e professor da FEA-USP, tendo obtido em 1976 o título de PhD em Economia pela Universidade de Yale. Ele era um crítico da política econômica de Delfim e tinha sua própria visão sobre os problemas brasileiros. Era entusiasta do diagnóstico inercialista propagado por jovens economistas ligados à PUC-Rio como Pêrsio Arida e André Lara Resende. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, por sua vez, consultava-se com os economistas desenvolvimentistas da Unicamp: Belluzzo, João Manuel, Conceição Tavares e Luciano Coutinho. Esses também críticos ainda mais ferozes do monetarismo.

O equilíbrio dessas três escolas de pensamento econômico - monetaristas <sup>7</sup>, inercialistas <sup>8</sup> e desenvolvimentistas <sup>9</sup> - em um mesmo governo era algo instável. Os embates e impasses seriam inevitáveis. Com Tancredo vivo, a balança pendia em favor dos conservadores. Com Tancredo morto, a balança pendia para os “heterodoxos”. E foi assim que Dornelles passou de super-ministro para uma espécie de “bode na sala” em pouco mais de um mês de iniciada a Nova República.

Por isso, quando tomou posse em 15 de março de 1985 como o primeiro Ministro da Fazenda do Brasil da Nova República, duas coisas pesavam contra Francisco Oswaldo Neves Dornelles: seu sobrenome e seu currículo <sup>10</sup>

## 1 Dornelles: A “Cria” de Delfim

Desde o final de 1979, e em especial, a partir de 1981, o Ministro do Planejamento Antonio Delfim Netto vinha implementando uma série de medidas recessivas para tentar contornar o brutal estrangulamento externo que se impunha ao país, então o maior devedor do terceiro mundo <sup>11</sup>. Em 6 de dezembro de 1979, uma quinta-feira, o Banco Central suspendeu todas as operações cambiais ao fim do expediente. A mesa só voltaria a operar na segunda. O “feriado cambial” - assim o chamaram à

---

<sup>7</sup>No debate econômico brasileiro da época, os termos *monetarismo* e *monetarista* eram usados com uma flexibilidade maior do que os utilizariam um historiador das ideias econômicas. Grosso modo, por “monetaristas” se entendiam os economistas que acreditavam que “a inflação é um fenômeno essencialmente monetário”. Essa era a posição defendida pela FGV-Rio, formada e influenciada por economistas de Chicago; pelos técnicos do FMI, entre outros.

<sup>8</sup>Por *inercialistas* nos referimos aos economistas que destacavam o caráter inercial da inflação brasileira. Eram diversos os economistas que compartilhavam desse entendimento, de Simonsen a Bresser. Mas aqui nos referiremos mais aos autores da PUC-Rio: Chico Lopes, Pêrsio Arida e André Lara Resende, autores formados em centros tradicionais de pós-graduação nos Estados Unidos.

<sup>9</sup>Por *desenvolvimentistas* nos referimos aos autores heterodoxos, ligados à tradição cepalina, keynesiana (em sua vertente mais crítica à heterodoxia neoclássica) e mesmo marxista. O principal centro desse pensamento, no caso presente, era o departamento de economia da Unicamp.

<sup>10</sup>Sobre o currículo, não só havia o problema de Dornelles ter sido um colaborador da política econômica de Delfim e próximo dos economistas da FGV-Rio, mas também pesava contra ele o fato de não ter formação em Economia, enquanto Sayad, por exemplo, era PhD por Yale.

<sup>11</sup>Para detalhes sobre a crise ver Werneck (1986)

época - era o prenúncio de um pacote econômico. O mercado financeiro ficou apreensivo, antecipava-se uma maxidesvalorização do cruzeiro - algo que Delfim já defendia desde os tempos que estava na pasta da Agricultura -, além da reformulação da resolução 432<sup>12</sup> do Banco Central (BRASIL, 1977). À noite, o presidente Figueiredo fez um longo pronunciamento à nação, explicando as medidas econômicas adotadas. Decretava-se, de fato, uma desvalorização de 30% do câmbio, mas também o congelamento de US\$ 5 bi depositados no BC por meio da referida resolução. Ao lado dessas, algumas medidas de política fiscal, como a extinção gradual de subsídios creditícios e isenções fiscais. Coisas que custavam por volta de 6% do PIB. Ao governo as importações seriam limitadas a 80% do volume verificado no ano corrente. Sobre as exportações, criava-se um novo imposto e reduzia-se a abrangência da lei do similar nacional. Os objetivos eram evidentes: estimular exportações, restringir importações e, assim, reverter o resultado comercial do país que registrava déficits quase ininterruptos desde 1974, bem como reduzir o crescente déficit orçamentário (na casa dos 3,5% do PIB em 1978)<sup>13</sup> e reduzir o ritmo das emissões monetárias, de forma a controlar a inflação que saltara de 44% para 77% entre 1978 e 1979, segundo medição do IGP-DI.

Quando do lançamento desse pacote, lia-se n' *O Globo*:

O secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles, afirmou ontem, na Fundação Getúlio Vargas, que a maxidesvalorização adotada pelo Governo vai compensar as empresas pela perda dos incentivos para a exportação e induzirá as multinacionais a transformarem seus empréstimos em investimentos diretos no país. Francisco Dornelles explicou que as medidas compõem uma nova estratégia na política governamental para estimular as exportações brasileiras e os investimentos no País (Simonsen 1979, p. 23)

Dornelles não só apoiava as medidas como se tornaria ele mesmo peça importante na implantação da política econômica de Delfim. O imposto de renda era a principal fonte de arrecadação do governo e Dornelles era o responsável pelo “leão”. Mas o papel da Receita Federal iria além de suas funções típicas. A Ditadura Militar acabou por agravar a longa tradição de autoritarismo dos formuladores de política econômica no Brasil. Delfim era criatura e perpetuador desse legado secular. Ele foi um dos ministros que apoiaram o Ato Institucional n. 5 de dezembro de 1968, cujo artigo 10º suspendia garantia de *habeas corpus* não apenas para crimes políticos e contra a segurança nacional, mas também aqueles contra ‘a ordem econômica e social e a economia popular’ (BRASIL, 1968). Delfim afirmou à imprensa que o documento “eliminava obstáculos ao desenvolvimento”. Poucas semanas adiante foi decretado um congelamento generalizado de preços, prevendo-se penas de prisão aos “especuladores”. O ministro defendia a medida dizendo que ela se dava em resposta à “atitude irracional de alguns setores que decidiram majorar seus preços sem base em nenhum imperativo econômico, mas apenas porque mudou o calendário” (Delfim Netto 1969, p. 16). Delfim e Hélio Beltrão não tiveram pudores em se utilizarem dessa flexibilidade hermenêutica como um espectro a assombrar os empresários “gananciosos”. Era o combate à carestia apelando-se para a mão mais que visível do Leviatã.

Em 1979, porém, Delfim já não tinha o AI-5 nas algibeiras. A aberração jurídica havia sido revogada em outubro do ano anterior. Mas o bacilo do autoritarismo econômico ainda estava inoculado em seu corpo; a alternativa era usar a Receita Federal como instrumento de ameaça.

O empresário ou comerciante que aumentar os preços de seus produtos em decorrência da recente maxidesvalorização.... será penalizado com inspeção rigorosa em todos os seus impostos.... o que vai abranger não só o Imposto de Renda de pessoa jurídica..., mas, sobretudo, o Imposto de Renda da pessoa física e o descontado na fonte. Esta é a principal recomendação feita pelo ministro..., Delfim Netto... durante reunião com os

---

<sup>12</sup>Ver Arida e Lara Resende (1985)

<sup>13</sup>Como por essa época o Brasil tinha três orçamentos - o fiscal, o monetário e o das estatais - tais cifras devem ser vistas com reservas.

secretários de Fazenda... de todos os estados..., da qual participaram, ainda, o secretário da receita Federal, Francisco Dornelles, o secretário especial de Abastecimento e Preços, Carlos Viacava, e o superintendente da Sunab, general Glauco Carvalho (EMPRESÁRIO 1979, p. 26).

Em 1982, os números da recessão do ano anterior começam a ser divulgados na sua completude. Em janeiro, na comparação dos 12 meses, a produção industrial caíra 10,57%; o nível de pessoal ocupado na indústria, mais de 7%. Em outubro, Ernane Galvêas, então Ministro da Fazenda, anunciou a meta de reduzir o déficit corrente em algo em torno de US\$ 8 bilhões, o equivalente a mais de 40% em relação ao valor registrado no ano anterior. Era um ajuste que exigiria um “sacrifício importante” de todos os setores da sociedade brasileira (Galvêas 1983, p.19)

A formulação da estratégia econômica para 1983, embora já delineada... começou a tomar forma efetiva ontem à noite, num encontro que reuniu Galvêas; o Ministro interino do Planejamento...; o presidente do Banco do Brasil...; o diretor da Carteira de Comércio Exterior...; e o Secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles. (Galvêas 1983, p. 19)

No início de 1984, anunciava-se que o governo esperava que 50% de sua arrecadação viesse do IR, enquanto em 1982 e 1983 essa fração havia sido de 26% e 29%, respectivamente. Dornelles afirmava: “a meta” acertada com o FMI “só poderia ser cumprida à medida que a fiscalização atuar mais firmemente e isto acontecerá este ano”. Foi em janeiro de 1983 que o governo Figueiredo assinou uma carta de intenções com o FMI, “pela qual o Brasil se comprometia a cumprir metas especificadas de política fiscal e monetária... Para continuar a receber periodicamente parcelas do empréstimo do Fundo” (Skidmore, 2004[1988], p. 459). Era o país em crise, acorçado, estendendo sua cuia em direção ao FMI, na esperança de receber alguns dólares em sinal de misericórdia. Havia, sobre tudo isto, o cansaço com a Ditadura. Se Delfim se corou com os louros do “milagre”, agora recebia os espinhos da crise 1981-1983, período que por analogia podemos rotular - por inexistência de um antônimo de milagre em nossa língua - como da “desgraça” brasileira.

O *Jornal do Brasil* ao fazer um balanço da nova gestão Delfim, dizia que eram “antigos os canais de entendimento” entre o ele e o “Doutor Tancredo... e sua Aliança Democrática”. Dizia ainda: “Não haverá espanto algum se nomes como os de Francisco Dornelles, Ronaldo Costa e Luís Rogério Mitraux, aparecerem em postos-chaves de um futuro Governo Tancredo. Todos, ‘crias’ de Delfim na burocracia econômica brasileira” (Almeida Filho 1984, p.14).

E mesmo com o tio já candidato, Dornelles seguia participando de comitivas e eventos públicos ao lado de Figueiredo. Em dezembro de 1984, o presidente da FIESP, Luís Eulálio Vidigal, mostrava-se tranquilo com um possível governo Tancredo, dizendo que levaria duas sugestões para o Ministério da Fazenda: Dornelles e Olavo Setúbal. “O Dornelles conhece melhor que ninguém os mecanismos da administração federal e onde está a saída” (Candidato 1984, p.6). Dornelles era a continuidade, todos bem o sabiam. Por isso mesmo as resistências ao seu nome - e também ao banqueiro Setúbal - entre os setores não só do PMDB mas também da Frente Liberal. Ulysses bradava constantemente contra a política econômica então vigente: “A nação não aguenta mais isso que aí está. O desemprego, a inflação, a fome, as falências, a corrupção impune, sobretudo o FMI como gestor da economia e das finanças do Brasil”, disse em abril de 1984 (Governo 1984, p.1).

## **2 A Montagem do Programa Econômico da Aliança Democrática - A COPAG**

Em seus diários, Celso Furtado narra os bastidores e os conflitos na formação do plano econômico do candidato Tancredo. Ou melhor, o relativo abismo que separava os pensamentos de Tancredo e o de Ulysses Guimarães. Ulysses andava cercado pelo grupo “progressista” do PMDB. Furtado

enumera diversas reuniões cujos participantes, além de si, eram uma combinação dos seguintes nomes: Luciano Coutinho, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, José Serra e Dílson Funaro. Quase todos eles nomes ligados ao Departamento de Economia da Unicamp, escola que ainda hoje preserva o posto de principal centro do pensamento heterodoxo<sup>14</sup> (ou “desenvolvimentista”) brasileiro. Em termos de programa econômico e visão do país, a Unicamp representava o quase o oposto do pensamento da FGV-Rio e dos *Delfim boys*.

Ao narrar um reunião com Tancredo em agosto de 1984, na qual estavam presentes João Manuel, Coutinho, Carlos Lessa, Belluzzo, Conceição Tavares, Furtado anotava em seu diário: “A importância da reunião está em que permitiu romper o gelo que havia entre o grupo dos economistas do PMDB de São Paulo e o Tancredo”. Havia, pois, uma barreira entre os “desenvolvimentistas” e o futuro presidente do país.

No final de 1984 foi criada a Copag (Comissão para o Plano de Ação do Governo), composta por sete economistas, cuja função era elaborar as medidas a serem tomadas ao longo dos primeiros 100 dias de governo. A Frente Liberal indicara Hélio Beltrão (ex-Ministro do Planejamento no governo Costa e Silva), Sérgio Quintella (economista e engenheiro, ligado à PUC- Rio e presidente do PFL no Rio de Janeiro) e Sérgio de Freitas (então diretor do banco Itaú). Pelo PMDB foram indicados Celso Furtado, Luciano Coutinho e José Serra.

Serra, presidente da Copag, era um dos que há muito defendiam uma mudança radical na política econômica brasileira. Crítico das medidas “monetaristas” e das receitas do FMI, afirmava que “o critério básico” para solucionar os problemas brasileiros residia “numa mudança em profundidade da política econômica” (Serra, 1984, p. 21). Coutinho falava no mesmo tom contra a política de Delfim: “diante de sua própria fraqueza o governo já escolheu o caminho conformista e submisso da recessão cega, prolongada, profunda” (Coutinho, 1983, p.81). Furtado, em seu libelo *Não à Recessão e ao Desemprego*, sucesso editorial lançado em 1983, dizia logo no prefácio: “o País foi hipotecado a banqueiros estrangeiros” e que foram assinados acordos com “instituições financeiras internacionais que implicam derrogações de nossa soberania” (Furtado, 1983, p. 9).

Outro membro da Copag era Sebastião Marcos Vital, que Furtado classificava como “uma pessoa... profundamente comprometida com a política econômica atual”. O paraibano dizia ainda que Vital “não era nem de um lado, nem de outro” - isto é, nem do PMDB, nem da Frente Liberal -, “mas somente de Tancredo”. Lara Resende (1987, p. 18) tinha a mesma impressão; “o economista que Tancredo ouvia era o Sebastião Marcos Vital”.

Sebastião Vital era mestre em Economia pela EPGE, sua dissertação foi defendida em 1972, tendo na banca Octávio Gouvêa de Bulhões, Julian Chacel e Mário Henrique Simonsen. Na gestão de Simonsen no Ministério da Fazenda durante o governo Figueiredo, Vital ocupou cargo de diretoria do IPEA. Quando venceu as eleições para o governo de Minas, Tancredo o chamou para ocupar o cargo de vice-presidente do banco de desenvolvimento o estado.

Vital não era um entusiasta de todas as medidas tomadas por Delfim. Em artigo de 1983, partindo da teoria de taxa natural de Knut Wicksell, criticava o tabelamento de juros feito em 1979, bem como as mudanças na política cambial e de correção monetária adotadas em 1980. Ainda que acreditasse que àquela altura os juros estavam acima do seu nível natural, sua estratégia para reduzi-los era “ortodoxa”: era primordial o ataque ao “déficit global do setor público (orçamento da União + Orçamento das Estatais + Orçamento Monetário)”, o qual deveria “ser consistentemente reduzido”, algo que demandaria o “corte... dos subsídios creditícios, dos incentivos à exportação e do próprio custeio da máquina governamental” (Vital 1982, p.11). Seu diagnóstico e tratamento para a economia

---

<sup>14</sup>A definição de “heterodoxo” depende do espaço e do tempo. No início dos anos 1980, o termo foi incorporado ao choque proposto por Chico Lopes pelo fato de partir de um diagnóstico sobre o processo inflacionário brasileiro que não vinha nem do monetarismo nem do keynesianismo tradicionais. Criou-se, porém, uma mitologia de que as ideias sobre inflação inercial foram uma novidade criada pelos economistas brasileiros, o que é totalmente falso. Basta citar um texto como o de Lipsey (1982, p.69), em que o autor diz: “Expectational and/or inertial inflation is also accepted by most economists. All inertial inflation, and any part of expectational inflation that is adaptive rather than rational, has its roots in past inflation (which may or may not have been caused by government action).”

brasileira diferiam daqueles apresentados por figuras como Sayad e Furtado.

### 3 O “Delfinismo sem Delfim”

Em janeiro de 1985, diante das especulações sobre o futuro Ministério de Tancredo, *O Globo* reportava o desconforto até mesmo de deputados do PFL e do PDS com o “continuismo”, antecipado por conta da “presença de nomes ligados à atual equipe econômica” na lista de ministeriáveis. Para o deputado Alcení Guerra (PFL-PR) seria impossível defender o *slogan* “Muda Brasil” com uma equipe econômica na qual constavam nomes da gestão Delfim. Oscar Alves (PSD- PR) ia ainda mais longe, apontando a possibilidade de um “delfinismo sem Delfim” (Reação 1985, p.6). O líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre, por seu turno, dizia que o partido não se oporia ao nome de Dornelles, isso apesar de sua “fama de monetarista” (Freitas 1985, p.3). A fama se justificava. Em pronunciamento ao Congresso, quando já empossado, o novo Ministro da Fazenda afirmou, como reportou o *The New York Times*, que: “There can be no healthy and sustained growth with high inflation. The inflationary spiral is principally caused through financing the Government deficit with new money” (Riding 1985, p.98). A última frase é o princípio elementar do credo monetarista.

Em uma entrevista coletiva no início de fevereiro, um repórter do *Jornal do Brasil*, questionou Tancredo: “como o sr vê a identificação do sr. Francisco Dornelles com o continuismo?”. Outro insistiu no tema, dizendo que “nas últimas semanas os alertas contra o continuismo” na política econômica “estão cada vez mais frequentes”. A esse último jornalista, ao responder sobre as mudanças que deseja imprimir na economia, Tancredo afirmou: “o capitalismo brasileiro é muito mais socializante que muitos regimes socialistas” e que o país era o “‘paraíso’ para as estatais, livres de qualquer controle”. Concluindo: “Nós não podemos continuar... sacrificando a nação e o povo, para manter um conjunto de empresas estatais que têm se mostrado absolutamente ineficientes e incapazes” (A Reforma 1985, p.3).

Dornelles revelaria que sua intenção inicial, já indicado para a Fazenda, era manter Celso Pastore - o mais renomado *Delfim boy* - à frente do Banco Central e Maílson da Nóbrega na Secretaria Geral do Ministério da Fazenda. Tancredo, porém, o avisara que não havia “condições políticas” para isso. Seria um continuismo demasiadamente ostensivo. Segundo relatos da imprensa da época (Corrêa 1985), a segunda opção de Dornelles para o cargo teria sido Carlos Antonio Rocca, outro “discípulo” de Delfim, que decidiu recusar o convite. Assim, Tancredo escolheu Antônio Carlos Lemgruber, alguém que Dornelles afirmava não conhecer pessoalmente até então (Dornelles 1986, p.4).

Formado em Economia pela UFRJ, Lemgruber tinha mestrado pela Universidade da Virgínia e doutorado pelo Brooking Institute. Alexandre Kafka, um dos principais representantes brasileiros do pensamento econômico ortodoxo - e então professor na Virgínia -, o indicou para um posto na FGV-Rio, onde entrou em 1974. Próximo do ex-Ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, Lemgruber tornou-se professor da EPGE e editor da *Conjuntura Econômica*. No início de 1985, ele era diretor da carteira de exportação do Banco Boa Vista. Em carta escrita aos clientes, dizia; “o grande desafio do governo que se instala em março será o de resistir à tentação do crescimento fácil e vencer um certo clima de cansaço à austeridade orçamentária criado na sociedade brasileira depois de três anos de recessão da atividade econômica” (Lemgruber 1985, p. 15). Em seu discurso de posse no Banco Central, afirmou que “seria ilógico imaginar que se possa comprar prosperidade pela emissão de moeda ou pela emissão de dívida pública. Não se faz uma economia crescer com déficits públicos... qualquer proposta de crescimento econômico que envolva maiores gastos públicos é enganadora” (Lemgruber 1985, p. 26). No Banco Boa Vista também trabalhava José Júlio Senna. Doutor em Economia pela John Hopkins University, Senna havia sido admitido como professor da EPGE nos anos 1970, sendo levado pelo novo presidente do BC para a diretoria de dívida pública.

No primeiro escalão do BC nos tempos de Dornelles havia outros nomes ligados à FGV-Rio. Na diretoria de política monetária estava Alberto Tozin Furugem. Furugem já tinha história no Banco Central, tendo substituído Carlos Langoni na diretoria da área bancária, quando este se tornou



presidente da instituição em 1980. Mestre em Economia pela EPGE, ele já havia trabalhado como assessor de Simonsen no Ministério da Fazenda. Na Diretoria de Mercado de Capitais, outro ex-doutorando e professor da EPGE: Roberto da Cunha Castello Branco. Castello Branco <sup>15</sup> teria obtido o cargo após outro economista da instituição declinar o convite; nosso atual Ministro da Fazenda, Paulo Guedes <sup>16</sup>.

Em resumo: ao escolher pessoalmente Vital e Lemgruber, Tancredo Neves sinalizava claramente sua preferência por uma política continuísta ou “ortodoxa”.

## 4 A Economia Política do “É Proibido Gastar”

No dia 13 de março de 1985, Tancredo anunciou em uma coletiva de imprensa a composição do seu ministério e as diretrizes do seu governo. Essa acabou sendo sua última entrevista. Suas palavras sugeriam uma política de arrocho.

O controle dos gastos públicos do Brasil é fundamental a qualquer combate à inflação. [...] tudo aquilo que for necessário para combater a inflação e recuperar as forças da economia brasileira será feito, custe o que custar. [...] O problema se resume numa única tese: como conciliar o combate à inflação com a retomada do desenvolvimento econômico? É realmente uma operação difícil... (Tancredo Neves 1985, p. 3)

Na sua cerimônia de posse, ao receber o cargo de Ernane Galvêas, Dornelles (1985, p.10) destacou o “privilegio de ter colaborado” com a gestão anterior. Ao tratar da questão da política monetária, afirmou que “a expansão do crédito não poderá se basear, simplesmente, nas excessivas emissões de moeda, fonte primeira do processo inflacionário”, e que os setores de alimentos básicos, de produtos exportáveis e de substituição de importação teriam tratamento privilegiado no acesso a tais recursos. Segundo o novo ministro da Fazenda, não haveria “retomada sustentada do desenvolvimento... e controle do processo inflacionário sem se promover o saneamento financeiro do setor público”. A dívida pública só poderia ser reduzida através da “redução do déficit do governo”. Do ponto de vista institucional, alertava ser crucial unificar os orçamentos, que eram então três: o fiscal, o monetário e o das estatais.

Na primeira reunião ministerial, realizada em 17 de março, José Sarney leu o discurso preparado pelo presidente convalescente, apresentando as linhas-mestras do novo governo:

A política econômica a ser implementada será de todo o Governo, de corresponsabilidade de todo o Ministério. Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei que o Ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. [...] não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas. O povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o Presidente quer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas... [...] a ordem é a seguinte: é proibido gastar. [...] O Governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. (Tancredo Neves 1985, p.2)

---

<sup>15</sup>Com Paulo Guedes como Ministro da Fazenda, Castello Branco foi o presidente da Petrobras até fevereiro de 2021, quando foi afastado pelo presidente Jair Bolsonaro, após anúncio de que a estatal aumentaria o valor do diesel em 15%, para fazer frente à variação do dólar e da cotação internacional do petróleo. Bolsonaro temia que esse aumento desencadeasse uma nova greve dos caminhoneiros. A decisão foi mal vista pelo mercado, com as ações da Petrobrás caindo mais de 20% em um único pregão da bolsa de valores.

<sup>16</sup>Conta-se que Paulo Maluf convidara Pastore para o Ministério da Fazenda e que este teria convidado Paulo Guedes para ocupar a presidência do Banco Central.

A frase foi reproduzida nas capas de jornais no dia seguinte: “É proibido gastar”. Esse era o lema do novo governo segundo os “monetaristas”.

Segundo Dornelles (1986, p. 4), o verdadeiro desejo de Tancredo era deixar toda a equipe econômica nas mãos de conservadores, repetindo - segundo sua interpretação - a estratégia de Getúlio Vargas.

[Tancredo Neves] me disse: “O Getúlio foi... o maior líder populista do país, mas sempre deu o Ministério da Fazenda para elementos conservadores. De modo que eu vou compor a parte política com o PMDB, mas a área econômica vai ser com elementos conservadores”. (Dornelles 1986, p. 4).

Pelo discurso da reunião ministerial, tal hipótese é crível. A primeira opção de Tancredo para o Ministério da Fazenda teria sido o banqueiro Olavo Setúbal, que havia sido prefeito de São Paulo durante a Ditadura. Enquanto o Planejamento ficaria na cota do PFL, que pretendia colocar Marco Maciel (PFL-PE). Mas o PMDB-SP ficou com esse último cargo, indicando João Sayad. Em texto de 1981, o ministro do Planejamento dizia que os “momentos dramáticos e desumanos” pelos quais o país passava, eram resultado principalmente “de política intencional do governo que atribui à recessão e ao desemprego as tarefas de reduzir a taxa inflacionária e ajustar a balança de pagamentos” (Sayad, 1981, p. 87). Ou seja, para o antigo secretário do governo paulista, o arrocho não era a saída <sup>17</sup>.

Ainda de acordo com as confidências de Dornelles (1987, p.4), a estratégia do novo governo era fazer o primeiro ano de mandato sob um regime “da maior austeridade, reduzindo-se ao máximo todo e qualquer tipo de gasto público, tentando fazer um certo equilíbrio, visando principalmente reduzir a inflação e criar um clima para a renegociação da dívida externa”. As palavras de Tancredo em 13 de março já antecipavam as arestas que essa política enfrentaria, mas o presidente se colocava como o grande fiador da estratégia continuísta. Tancredo havia torcido em segredo para que o governo Figueiredo aprovasse logo um acordo para o FMI e com os bancos credores. Cria que tal instrumento era crucial para combater a inflação e renegociar a dívida externa em termos mais amenos. Ademais, isso o livraria de “um problema político muito grave, que era fazer um acordo depois de empossado” (ibid.). Pode-se especular que, fosse Tancredo o Presidente, a estratégia “monetarista” teria vida mais longa, já que seria ele o árbitro das contendas entre Dornelles e Sayad. Ou melhor, entre “monetaristas” e “heterodoxos”. Contrafactual controverso, reconhecemos. Dornelles mesmo, já fora do ministério, ao refletir sobre a hipótese, declarou ter dúvidas sobre a viabilidade de tal empreitada: “pelo que senti depois, não sei se [Tancredo] teria condições políticas” de seguir com o arrocho (ibid.).

Se Tancredo não teria condições, o que dizer de José Sarney, feito presidente por força de uma diverticulite?

## 5 A Fritura de Dornelles

Dornelles tomou posse com seu tio hospitalizado. Com a morte de Tancredo, no dia 21 de abril, ele passou a ser um corpo estranho no organismo governamental. Corpo que Sarney, Ulysses, Sayad e outros desejavam ver expelido. “It’s not personal, it’s strictly business”.

Na sua primeira semana no cargo, Dornelles anunciou o corte linear de 10% nos gastos de todos os Ministérios, além da proibição da contratação de novos funcionários na administração pública e a suspensão dos financiamentos dos bancos públicos (exceto BB e BACEN) por 60 dias. O jornal conservador *O Estado de S. Paulo* noticiava que Dornelles era o “xerife das finanças públicas”, começando sua gestão apresentando um “pacote de austeridade” (Dornelles 1985, OESP). Houve

---

<sup>17</sup>No texto, a solução proposta por Sayad baseava-se no pensamento do economista marxista Kalecki exposto em seu famoso artigo “Aspectos políticos do pleno emprego”. Isso mostra o quão “heterodoxo” o Ministro era, especialmente em se sabendo ser ele PhD por uma universidade da *Ivy League*.

também o tabelamento de alguns preços, algo que não chegava a ser uma heresia capital entre os “ortodoxos” brasileiros naqueles tempos. O tabelamento e a postergação do reajuste de preços dos produtos siderúrgicos e derivados do petróleo, com peso relevante no IPA, acabaram por ser os grandes responsáveis por manter a inflação na casa dos 7% ao mês entre abril e junho, ante os quase 13% registrados em março de 1985. Findo o represamento, o IGP-DI saltaria para 14% em agosto.

O Conselho Monetário Nacional definiu uma nova fórmula de correção monetária, que se baseava na média geométrica da inflação observada nos últimos três meses. Para os técnicos da Fazenda e do Banco Central essa medida minorava as incertezas do mercado, permitindo uma maior emissão de títulos públicos, reduzindo a necessidade do financiamento inflacionário do déficit. Já para os economistas da Seplan a nova regra era classificada como um “erro técnico” que provocaria um aumento do custo de pagamento da dívida, cujo fator de correção seria um índice maior que o da inflação do mês corrente. E não foram só os “estruturalistas” que criticaram a medida. Paulo Rabello de Castro, então diretor da revista *Conjuntura Econômica*, apontava dois problemas com a nova regra. Primeiro, insistia-se na utilização do IGP, ao invés do IPC, como indexador, o que contrariaria a ideia de que a correção monetária deveria servir para garantir o poder de compra dos consumidores. Em segundo lugar, como a fórmula só levava em conta os índices de inflação passada, a nova regra acabava por se “tornar cúmplice de mais inflação no futuro”, e que o correto seria fazer algo nas linhas propostas por Simonsen, de inserir um elemento de expectativa de inflação na regra. Modiano (1990, p. 352) faz consideração semelhantes. O BC também resolveu reduzir os encaixes compulsórios dos bancos. Ainda que isso significasse ampliar a quantidade de moeda na economia, a expectativa de Alberto Furugem - diretor da área bancária - era que ocorresse uma queda nos juros, compensando, ou mesmo superando, os efeitos potencialmente inflacionários da medida.

Com apenas 15 dias de governo surgiu o primeiro choque entre Dornelles e Sayad, causado pelo chamado Programa de Emergência, também chamado de Plano de Prioridades para 85. O Programa retomava as propostas desenvolvidas pela Copag e que haviam sido apresentadas a Tancredo em fevereiro de 1985, em um documento intitulado “Subsídios para a Ação Imediata Contra a Fome e o Desemprego”. O projeto envolvia o aumento dos gastos com merenda escolar, distribuição de remédios, a urbanização de bairros periféricos, entre outros. O custo inicialmente estimado era de Cr\$ 15,9 trilhões. Isso em um cenário em que a receita tributária projetada pela Receita Federal estava entre Cr\$ 130 e 140 trilhões, enquanto o déficit seria de Cr\$ 53 trilhões. Não se tratava, portanto, de um dispêndio de pouca monta. Era notório que o Ministério da Fazenda não nutria simpatias pelo trabalho da Copag. E em 18 de março Sebastião Vital teria dito que o plano não estava em cogitação.

Vital insistia que só haveria quatro formas de cobrir o déficit público: (i) se fosse feito pela emissão de moeda, isso significaria uma expansão de 350% na base monetária, que levaria a inflação para a casa dos 850%; (ii) pelo aumento da colocação de ORTN (que rendiam juros reais de 6% a.a.) e LTN, algo que provocaria um aumento da taxa de juros e da disputa entre o setor público e o privado pela poupança nacional, o que provocaria a redução dos investimentos e recessão; (iii) aumento da carga tributária, e; (iv) cortes adicionais nos gastos do governo. Caberia ao Congresso Nacional escolher o caminho estreito a ser seguido.

Pouco adiante, a equipe de Dornelles entrou em rota de colisão com o Ministro do Trabalho por causa do valor do salário mínimo que vigoraria a partir do primeiro de maio. O Brasil vivia um surto de greves naquele ano, interrompido apenas pela morte de Tancredo. Em linhas com a tese de “é proibido gastar”, a Fazenda desejava a manutenção dos salários reais inalterados, dando um reajuste igual ao da variação do INPC (Ministros 1985, p23). Pazzianotto, por sua vez, desejava um aumento acima desse índice. Roberto Gusmão, Ministro da Indústria e do Comércio, desde o início do debate dizia que “para ficar de acordo com a política de controle inflacionário”, o salário mínimo não deveria “ser corrigido acima do INPC” (ibid.). Nesta batalha, Sayad pôs-se ao lado da Fazenda. Políticos, como o então senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso, clamavam por aumentos reais no vencimento dos trabalhadores. Um grupo interministerial encarregado de estudar o

assunto concluiu que um aumento superior ao INPC não teria impactos significativos sobre a inflação. Ao fim venceu a proposta de Pazzianotto e o salário mínimo foi corrigido em 112% do INPC.

Outra batalha importante entre a Fazenda e o Planejamento envolvia questões algo mais teóricas ou dogmáticas. Sayad defendia a ideia de que o BC poderia reduzir as taxas de juros do país imediatamente, de modo unilateral. E que ao fazê-lo, o custo de rolagem da dívida seria reduzido, impactando positivamente no resultado fiscal do governo. Tinha-se como tese a ideia de que o país estava preso em um equilíbrio ruim, num círculo vicioso, em que taxa de juros elevadas acabavam por aumentar o custo de pagamento da dívida interna, o que por sua vez exigia juros ainda mais elevados. O BC poderia romper esse equilíbrio pernicioso, buscando uma taxa de equilíbrio a patamares mais baixos. Dornelles e os "monetaristas", por sua vez, defendiam que os juros eram altos por conta do estado ruim das contas do governo. Assim, a única forma de os reduzir de modo sustentável seria equacionando o problema fiscal. Diante das duas propostas, Sarney ficava publicamente ao lado da de João Sayad.

Outra fonte de atrito: Dornelles sustentava que os cortes nos orçamentos das empresas estatais deveriam ser de no mínimo Cr\$ 29 trilhões. Sayad, porém, defendia um corte menor, de Cr\$ 19 trilhões. Dizia o chefe da Seplan que qualquer corte acima desse valor implicaria em efeitos recessivos sobre a economia. Sarney novamente fica do lado de Sayad. Pouco adiante o ministro do Planejamento pediria a recomposição de Cr\$ 5 trilhões no orçamento das estatais cujos resultados teriam sido prejudicados pelos quatro meses de congelamento de preços. Dornelles e sua equipe eram contra esse aditivo. Saíram, mais uma vez, derrotados os "monetaristas".

Em junho já era visível a paralisia e os conflitos entre a equipe econômica, algo que causava incerteza entre os agentes econômicos, inclusive o FMI, como relatava um analista estrangeiro:

...Mr. Sarney... has been unable to define an economic policy because of infighting in the cabinet he inherited, while the broad alliance formed by Mr. Neves to sustain the new Government looks close to disintegration. [...] At the moment, attention is focused on whether a power struggle over economic policy will be won by the Finance Minister, Francisco Dornelles, who favors big spending cuts to control inflation, or by the Planning Minister, Joao Sayad, who argues that Brazil should not 'surrender' meekly to the demands for control of spending by the International Monetary Fund. (Riding 1985, p. 2)

O Fundo não estava satisfeito com o esforço fiscal do Brasil - como não estavam os "monetaristas" do governo -, enquanto parte da gestão Sarney acreditava que o esforço fiscal até então realizado era mais do que suficiente e qualquer cessão implicaria em menos crescimento econômico e emprego.

Nesse interim surge uma nova figura, Luis Paulo Rosenberg. PhD em economia por Vanderbilt e ex-assessor de Delfim Netto<sup>18</sup> (sendo, de certa forma, também um *Delfim boy*) na sua última passagem pelo governo, Rosenberg foi alçado ao cargo de assessor econômico do Presidente Sarney. Ele ficaria poucos meses no cargo, saindo do governo no início de 1986, antes mesmo do lançamento do Cruzado, por conta de divergências com Dílson Funaro. A um jornalista estrangeiro, Rosenberg apresentava-se como uma terceira via: 'I'm not committed to either camp, neither to the monetarists nor to the structuralists [...] That's perhaps why I can move easily between Dornelles and Sayad without any drama. I try to absorb the positive elements of each camp. A complex reality such as Brazil's cannot be tackled by any conventional school.' (Riding 1985, p.52)<sup>19</sup>. Mas o fato é que não só sua ascensão era um sinal do desprestígio de Dornelles, como suas declarações e atos o colocavam ao lado do grupo de Sayad.

No início de agosto, Rosenberg foi à imprensa afirmar que havia a possibilidade de a realização de um acordo temporário (*shadow agreement*) com o Fundo. Por esse acordo, o governo brasileiro

<sup>18</sup>Rosenberg também foi secretário-adjunto do IPEA em 1982, o órgão estava sob o comando do Ministério do Planejamento.

<sup>19</sup>RIDING, Alan. Economic uncertainty for Brazil. The New York Times, 26 ago. 1985, Section D, p. 2.

poderia implementar o programa do Fundo até o fim do ano, para então avaliar seus resultados. Ao ser questionado sobre o assunto, Dornelles disse desconhecer qualquer proposta nesse sentido. Poucos dias adiante, Rosenberg foi à imprensa para contradizer Sebastião Vital, afirmando que déficit público no mês corrente não seria de Cr\$ 10,5 trilhões, como afirmava o Secretário, mas sim de Cr\$ 9 trilhões.

A “fritura” de Francisco Dornelles e sua equipe seguia em fogo alto, chegando ao ponto de não-retorno em 26 de agosto, data em que Dornelles encaminhou ao presidente da República uma nota protocolar, pedindo ao chefe Executivo que o “conceda exoneração do cargo de Ministro de Estado da Fazenda”. Sarney, por sua vez, demonstrou um protocolar pesar em relação à decisão do Ministro, mas afirmando que “o país não pode parar de crescer e não pode adotar medidas recessivas, que provocariam desemprego e criariam o risco de uma convulsão social, capaz de abalar as instituições democráticas”<sup>20</sup>. Outra óbvia crítica às medidas monetaristas.

O gatilho para o pedido de Dornelles foi a demissão de Sebastião Vital. Em agosto, Dornelles viajou para a França, mantendo encontros com Jacques de Larosière, Diretor do FMI. Vital estava como ministro interino quando, no dia 22 de agosto, participou de um almoço organizado por banqueiros em Brasília. O *Jornal do Brasil* publicou no dia seguinte supostos vazamentos das falas de Vital. O interino teria feito severas críticas à política econômica do governo, afirmando que não estavam se “respeitando os desígnios de do Presidente Tancredo Neves”, e que “o Ministério da Fazenda já exauriu sua participação na tentativa de corrigir a economia nacional”. E mais; os gastos do governo não estavam “sendo feitos com a moderação necessária”, de forma que tais “desperdícios não” seguiam “a rigidez indispensável ao equilíbrio do déficit”. Segundo Vital, era “enganoso” acreditar numa redução do déficit: pois os *policymakers* “não estão preocupados com o dia de amanhã”.<sup>21</sup>

Segundo o *Jornal do Brasil*, o discurso e as confidências de Vital deixaram “perplexa a plateia”. Vital, porém, emitiu desmentindo o publicado, que não havia criticado a política econômica. Dizia que a matéria do JB era uma “inverdade” e tinha “o indisfarçável propósito de intrigar-me com o Presidente”<sup>22</sup>. O anfitrião do almoço, Roberto Bornhausen, presidente da Febraban, também desmentiu o que havia sido publicado, dizendo que Vital “em nenhum momento teceu críticas à política econômica ou fez referências a tendências populistas do governo”<sup>23</sup>. Segundo Bornhausen em momento alguma a plateia ficou “estarecida”.

Sendo verdadeiras ou não as críticas, o fato é que era indisfarçável o desgaste do grupo de Dornelles no governo. Ademais, já circulava no Ministério da Fazenda um estudo - quase um manifesto - em que os técnicos do órgão marcavam sua oposição de antagonismo com o governo. O documento afirmava que o processo inflacionário ameaçava “fugir do controle e a se transformar em hiperinflação”. Dizia ainda que “negligenciar as dificuldades atuais” - especialmente o déficit público e a inflação - “é ter que revivê-las, mas à frente, em dimensões ainda maiores e talvez incontroláveis”. Não havia mais espaço para gradualismo: “o combate à inflação” deveria começar “pela redução dos profundos desequilíbrios das finanças governamentais”, concretizados num déficit de Cr\$ 109 trilhões, algo como 7% do PIB do país. Entre reduções nos gastos com custeio, investimento, subsídio, entre outros, propunha-se como objetivo a economia de Cr\$ 50 trilhões. Reconhecia-se que os juros haviam atingido “níveis absurdos”, mas que isso era uma “melhor opção que o simples descontrole monetário”, de tal forma que as taxa dos *overnight*<sup>24</sup> deveriam se situar “em níveis compatíveis com o controle da base monetária”. Concluía-se: “não há outra alternativa ao urgente saneamento financeiro do setor público; evitá-lo é mergulhar deliberadamente no caos”(Documento 1985, p.15).

<sup>20</sup>O Globo. Dornelles se demite de manhã. Presidente lamenta. Rio de Janeiro: 27 ago. 1985, Economia, p.24.

<sup>21</sup>O Globo. Sarney afasta Vital. Abreu deve ser o substituto. Rio de Janeiro: 24 ago. 1985, Economia, p. 18.

<sup>22</sup>VITAL, Sebastião. In: O Globo. “A nota do secretário, ainda no cargo”. Rio de Janeiro: 24 ago. 1985, Economia, p. 18.

<sup>23</sup>Bornhausen, Roberto K. In: O Globo. “Bornhausen divulga nota defendendo Sebastião”. Rio de Janeiro: 24 ago. 1985, Economia, p. 18.

<sup>24</sup>As questões da dívida pública interna e do *overnight* foram elementos centrais do Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor, de março de 1990. Ver Andrada (2018) para um panorama do debate econômico brasileiro à época.

Sendo verdade ou não, o fato é Sebastião Vital acabou sendo o porta-voz de uma insatisfação generalizada entre os monetaristas do governo. Não por acaso, sua saída desencadeou uma reação em cadeia, com uma saída de nomes ligados a Dornelles nos mais diversos órgãos do governo. Outra verdade é que Sarney tomou a fala de Vital como uma ofensa pessoal. *A Gazeta Mercantil* repercutiu a demissão do interino:

Vital... vinha sendo uma fonte constante de atritos internos no governo. Muito ligado ao ex-ministro Mário Henrique Simonsen de que foi auxiliar... foi colaborador de primeira hora da candidatura de Tancredo... no segundo semestre do ano passado, era Vital um dos pivôs que atuaram na montagem do programa econômico de Tancredo... ele foi, também, auxiliar importante na parte econômica dos primeiros discursos de Tancredo... Vital passou a ser um dos pólos de catalização de divergências, especialmente com a Seplan. [...] Se Vital era o mais veemente, não era... o único na Fazenda a criticar os rumos da política econômica. Na realidade, o próprio Ministro Francisco Dornelles tem feito seguidas críticas a timidez do 'pacote' de ajuste aprovado pelo governo, especialmente os cortes nas empresas estatais, suas possíveis repercussões inflacionárias e a trajetória preocupante do déficit público. ...o Planalto e a Seplan acreditam que o 'pacote' foi suficientemente forte..." (*Gazeta Mercantil*, 26 agosto 1985, "Críticas internas irritam Sarney".).

Dornelles sabia-se malquisto. No aniversário de um ano da eleição de Tancredo - 15 de janeiro - o *Jornal do Brasil* publicou uma entrevista com o ex-ministro. Ao tratar do episódio Vital e de sua saída, disse: "Na verdade, eu sentia que minha presença no Ministério da Fazenda não estava ajudando o presidente Sarney, mas só estava causando transtornos. As forças políticas que apoiavam o presidente não estavam recebendo muito bem minha presença". Confessava a derrota: "Eu... pretendia fazer uma política de maior austeridade e concluir um acordo com o FMI e os bancos". Essa estratégia, sabia ele, havia sido enterrada junto com o corpo de seu tio no interior de Minas Gerais. O analista político Carlos Castello Branco definiu a demissão de Dornelles da seguinte forma: "Acaba Tancredo, começa Sarney"<sup>25</sup>. Um deputado foi além, criando um termo estranho mas preciso: "estão destrancredizando o Governo"<sup>26</sup>.

O presidente de fato, o deputado Ulysses Guimarães, e seus conselheiros econômicos tinham pavor da política "monetarista". Já o presidente de direito, José Sarney, representava ele mesmo um anti-clímax. Em vez do novo, em vez de Tancredo - que segundo as palavras talvez exageradas de Skidmore (2004 [1988] p.491) "era visto pelos brasileiros como um novo Moisés, com a missão de conduzir o país do deserto da desesperança para uma nova Canaã" -, o país tinha que se contentar com o ex-presidente nacional da ARENA e da UDN, que estava no PMDB apenas por uma fnecessidade jurídica.

Sarney precisava ganhar prestígio e apoio popular, mas aceitar as propostas do FMI é sempre visto como uma humilhação da soberania nacional, e a estratégia contracionista é sempre a pior alternativa econômica para um político em um regime democrático. Não por acaso o Plano Trienal mostrou-se inviável sob a democracia, enquanto o PAEG foi viável durante o regime autoritário (apesar do desempenho econômico pífio entre 1964 e 1967). Ou ainda, não por acaso o caso de sucesso maior dos *Chicago Boys* na América Latina tenha sido o Chile de Pinochet. Independente de méritos ou deméritos, o fato é que a estratégia monetarista, ou a redução dos gastos públicos desacompanhada de qualquer rótulo, acirra o conflito distributivo existente na sociedade. Tanto o eleitor mediano, quanto deputado brasileiro mediano, têm pouca paciência para tais medidas.

<sup>25</sup>Castello Branco, Carlos. "Acaba Tancredo, começa Sarney". Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, 27 ago. 1985, Caderno 1, p.2.

<sup>26</sup>Jornal do Brasil. Tancredistas perdem sua estrela. Rio de Janeiro, 27 ago. 1985 (ed.141), Caderno 1, p. 3

Com a queda de Dornelles e Vital, os monetaristas da FGV que estavam no Banco Central - Lumgruber, Furugem e Castello Branco - pediram demissão em caráter irrevogável. No lugar deles entrariam os inercialistas da PUC, como Arida e Lara Resende.

Rei morto, rei posto.

E os paulistas que corriam o risco de ficar sem nenhuma das pastas da Economia, acabaram ficando com as duas. Franco Montoro indicou Dílson Funaro, empresário paulista, filiado ao PMDB e até então presidente do BNDES. Na imprensa se dizia que “assessores diretos” de Sayad “não escondiam...a satisfação pela indicação” de Funaro. Não eram os únicos: “assessores especiais da Presidência da República” tampouco escondiam o “contentamento com a saída de Dornelles”. Sarney e Ulysses poderiam montar a equipe econômica que desejavam. Fazenda e Planejamento agora cantavam em unísono<sup>27</sup> e a probabilidade de um “choque heterodoxo”, ao estilo do plano austral argentino, passou a ser precificado pelo mercado.<sup>28</sup> Em dezembro causou algum mal-estar no governo as declarações de Andrea Calabi e Belluzzo de que o governo faria o “choque heterodoxo”, congelando preços e salários (Calabi 1985, p. 23). Sayad veio a público no dia seguinte afirmando que “falar em congelamento de preços e salários é pura falta de assunto” e que “o congelamento” era “um pesadelo” (Sayad 1985, p. 21). Mas os movimentos eram óbvios. Esperava-se inicialmente que o governo fosse aproveitar o feriado de fim de ano para anunciar o plano. Depois pensou-se no carnaval, o que de fato ocorreu. Após a quarta-feira de cinzas, 26 de fevereiro, foi anunciado um feriado bancário. Na sexta-feira, dia 28, foi anunciado o Plano Cruzado.

Moisés demorou 40 anos para atravessar o deserto. Tancredo talvez contasse com a paciência dos brasileiros para um sacrifício de 400 dias. Sarney não tinha forças para impor nem 4 meses de abnegação. Sarney precisava de um milagre. O Plano Cruzado foi o mar vermelho se abrindo diante da força de seu cajado (no caso o decreto-lei n.2.283 de 27 de fevereiro de 1986, instrumento jurídico que deu vida ao plano). E foi assim que o inesperado presidente da República atingiu níveis inimagináveis de popularidade, convencendo o povo a ser seus olhos no controle das tabelas de preços. Mas o milagre duraria até novembro de 1986, depois o mar se fecharia, engolindo o país, o arrastando para uma novo estrangulamento externo e inflação crescente. O congelamento generalizado e prolongado em 1986 adicionou gasolina à fogueira da inflação inercial do Brasil; dali em diante, em face de qualquer fato ou boato de uma nova intervenção do governo, os agentes reajustavam preventivamente seus preços. Em 1987 o Brasil decretaria moratória de parte de sua dívida externa e o governo de Sarney se arrastou, sabe Deus como, até 15 de março de 1990. O governo que recebeu uma inflação de 200% ao ano dos militares, passaria a faixa com inflação de 1,7 mi% em 1989.

Defenestrado do governo, Dornelles filiou-se ao PFL, partido de visão mais conservadora, inclusive na economia, do que o PMDB. Disputou e conseguiu uma cadeira na Assembleia Constituinte. Sua carreira política continua, mas ele mesmo quase não fala de sua breve gestão no Ministério da Fazenda. Deve guardar o silêncio da dor dos que poderiam ter sido, mas que por vezes da fortuna, nunca o foram.

## Conclusão

Tancredo Neves sinalizava que buscaria uma política econômica conservadora e continuísta, ainda que em alguns discursos flertasse com as ideias de pacto social e coisas do gênero. O diagnóstico era simples: a inflação brasileira era provocada pelo déficit público que se desdobrava em emissões

<sup>27</sup>Edmar Bacha (1985, p.44), então presidente do IBGE, afirmou em entrevista em dezembro de 1985: “A verdade é que [a nova equipe econômica] agora conseguiu uma homogeneidade e identidade de propósitos muito grandes”

<sup>28</sup>Em coluna de outubro de 1985, o jornalista econômico Joelmir Beting discute os movimentos em torno de três propostas de ataque ao processo inflacionário: o pacto social (inspirado no espanhol de Moncloa), e os choques ortodoxo e heterodoxo (inspirado no exemplo argentino). Cita também as discussões ocorridas no âmbito do 6o Congresso de Economistas realizado em Brasília sobre o assunto. (Beting 1985, p. 28).

monetárias acima da demanda, provocando a perda de valor da moeda nacional. Para acabar com a inflação era preciso reduzir o déficit e reduzir o déficit significava corte de gastos. A razão do continuísmo poderia estar não só nas crenças de Tancredo, mas também nos resultados algo positivos observados em 1984, notadamente no que diz respeito ao resultado externo e retomada da atividade econômica. Os editorialistas da *Conjuntura Econômica*, ao fazerem o balanço de 1984, diziam:

...os êxitos obtidos no setor externo - grande trunfo da política econômica - foram confirmados por expressivos resultados. O superávit da balança comercial ultrapassou US\$ 13 bilhões, cifra que nos aproximou do equilíbrio na conta de transações correntes, enquanto as reservas saíam de uma situação crítica para uma situação confortável. Quanto ao nível de atividade, pode-se observar que a recuperação econômica tornou-se fato incontestável a partir do segundo semestre do ano passado. Entretanto, poucos duvidam que a incerteza aumentou no tocante à inflação e ao comportamento da moeda. [...] o crescimento acentuado da base monetária não permitiu a implementação de um programa efetivo de combate à inflação...(CARTA 1985, p. 7)

Os resultados de 1984, em verdade, despertaram ao menos dois dos mais importantes debates recentes no pensamento econômico brasileiro. O primeiro diz respeito à tese da “economia em marcha forçada”, que afirma que os êxitos daquele ano teriam ocorrido não pela graça de Delfim, mas apesar de Delfim; sendo derivados da maturação dos investimentos do II PND (Castro e Souza, 2008[1985]). O segundo debate dizia respeito às particularidades da inflação brasileira. Apesar da profunda contração econômica de 1981-1983, ela permanecia ainda em patamares de três dígitos, de forma que a estratégia “ortodoxa”, gradualista, mostrara-se incapaz de resolver o problema. Sua essência era a inércia. Sendo a tese de Lopes (1986) a mais conhecida no debate público. Dizia o autor que a taxa da ordem de 200% verificada em 1984, “a despeito de esforços sistemáticos e consistentes das autoridades para combatê-la com políticas de austeridade de inspiração ortodoxa”, era paradoxal para “do ponto de vista das teorias tradicionais”, mas confirmavam sua “antiga convicção sobre a natureza predominantemente inercial do processo inflacionário brasileiro”(Lopes 1986, p. 121). Os “monetaristas”, porém, discordavam que a política monetária daquele ano tivesse sido contracionista, ilustrando o argumento com o fato de a taxa anualizada de crescimento de M1 ter passado da casa dos 90% para 200% entre janeiro e dezembro (CARTA 1985, p.7).

A história mostraria que tanto “ortodoxos” quanto “heterodoxos” tinham lá suas quotas de razões e devaneios. Ao contrário do inercialismo inocente que defendia que o ajuste fiscal não era necessário, a realidade logo mostrou que essa hipótese não resistia aos fatos, de forma que já no Plano Bresser a questão fiscal tornou-se também protagonista (ver Bresser, 1993). Por outro lado, o fatalismo dos “monetaristas” de que não era possível acabar com o processo inflacionário sem as dores da redução do produto e do emprego (ver Lemgruber 1980, p. 529), também foram provadas falsas. O Plano Real, quase uma década adiante, conseguiria pôr fim à hiperinflação sem causar tais males. Antes pelo contrário. Como afirmam Pinheiro, Gimabiagi e Gostkorewicz (1999, p.23), “a redução da inflação, até 1997, se deu em um ambiente de crescimento moderado da atividade econômica do país”.

Independentemente do exercício de se imaginar como teria sido a política econômica em 1985 com Tancredo vivo, a questão mais importante da breve gestão Dornelles no Ministério da Fazenda é que ela foi a uma espécie de missa de corpo presente da hegemonia incontestada da FGV- RJ e da USP “delfinista” no que diz respeito ao comando da economia nacional. Significou uma passagem do bastão para outras escolas, como a USP “não-delfinista”(Sayad e Zélia<sup>29</sup>, por exemplo), a ala “heterodoxa” da FGV-SP (Bresser-Pereira e Nelson Barbosa), além de Unicamp e PUC-Rio. Essas duas últimas escolas, aliás, dominariam a política econômica nacional por décadas. Destacando-se o trabalho conjunto das duas últimas durante o Plano Cruzado, o protagonismo da PUC-Rio no Plano Real e na era FHC, e o da Unicamp na gestão Guido Mantega (governos Lula e Dilma). Com a vitória

---

<sup>29</sup>Ver Andrada (2018).



de Jair Bolsonaro, “monetaristas” daquela geração voltaram ao poder com a posse do Ministro Paulo Paulo Guedes, um discípulo de Carlos Langoni (ver Hessel, 2019), escudado por figuras como Roberto Castello Branco, Carlos von Doellinger (atualmente no IPEA e secretário-geral-adjunto do Ministério da Fazenda na gestão Dornelles).

## Referências

### Leis e Documentos Governamentais

BRASIL, Ato Institucional n. 5 de 13 de dezembro de 1968. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL, Resolução 432 do Banco Central, de 23 de junho de 1977. Disponível em [https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1977/pdf/res\\_0432\\_v1\\_0.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1977/pdf/res_0432_v1_0.pdf). Último acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL, Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16683.htm). Último acesso em fevereiro de 2021.

### Notícias de jornal e Depoimentos

#### Sem autor

A REFORMA tributária tem que ser o suporte da descentralização administrativa. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 fev. 1985, p.3.

CANDIDATO da FIESP. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 dez 1984, 1o Caderno, p. 6

CARTA do IBRE. Gás da Inflação. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, 15 jan 1985, p. 7.

DOCUMENTO crítico chega a falar em mergulho no caos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1985, p. 15.

DORNELLES assume o comando das finanças. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 mar 1985, p.48.

DORNELLES se demite amanhã. O presidente lamenta. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 ago. 1985. Economia, p. 24.

EMERGÊNCIA procura os 15 trilhões. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9 abr 1985, p. 6.

EMPRESÁRIO que aumentar preço sofrerá devassa fiscal. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 dez. 1979. Economia, p. 26

FREITAS Nobre garante que PMDB não veta Dornelles. *O Globo*. Rio de Janeiro, 1 fev 1985. O País, p.3.

GALVÊAS quer superávit de US\$ 6 bi em 1983. *O Globo*. Rio de Janeiro, 5 out. 1982. Economia, p. 19.

GOVERNO alerta para risco das pressões. Ulysses diz que nação não aguenta mais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 abr 1984, p. 1.

IR dará metade da receita da União em 84. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 12 jan 1984, pp. 1 e 13.

LEMGRUBER promete um crescimento com menor dependência externa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 mar. 1985, p.26.

MINISTRO crítica a política econômica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 ago. 1985, pp. 1 e 15.

MINISTROS debatem salário mínimo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 31 mar 1985, p. 23. PFL não se opõe a Dornelles. *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 jan 1985. O País, p. 6.

REAÇÃO entre liberais: há ameaça de continuísmo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 24 jan 1985. O País, p. 6

SIMONSEN: novas medidas exigem estudo cuidadoso. *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 dez. 1979. Economia, p. 23

TANCREDO define mudanças. *O Globo*. Rio de Janeiro, 12 fev 1985, pp. 1-3.

TANCREDO não permite desobediência à lei de greve. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 mar 1985, p. 3

## Com autor

ALMEIDA FILHO, Hamilton. Delfim se despede do disfarce de tecnocrata e assume a política. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 nov 1984, p. 14.

BACHA, Edmar. In: *O Globo*. *Bacha defende reajuste mensal sem piorar a inflação*. Rio de Janeiro: 8 dez. 1985, p.44

CALABI, Andrea. In: *O Globo*. *Calabi afirma que governo poderá congelar preços, salários e juros*. Rio de Janeiro, 18 dez. 1985, p. 23.

CORRÊA DE SÁ, Marcos. A metamorfose do continuísmo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 mar 1985. Especial, p. 54. (1985)

DELFIN NETTO, Antonio. In: *O Globo*. *Governo congela preços ao nível de dezembro de 1968*. 7 jan. 1969, pp. 1 e 16.

DORNELLES, Francisco In *Jornal do Brasil*. *Entrevista: Tancredo queria apoio da cidade para mudar o campo*. Rio de Janeiro, 15 jan 1986, p. 4.

DORNELLES, Francisco. *Programa Memória Política* (Depoimento). Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Último acesso em fevereiro de 2021.

FURTADO, Celso In: Revista Piauí. *Caleidoscópio da abertura*. Ed. 155, agosto de 2019.

LEMGRUBER, Antônio C. In *Jornal do Brasil*. *Lemgruber aponta desafios da nova política econômica*. Rio de Janeiro: 23 fev 1985, p. 15

NEVES, Tancredo. Sou o condutor da política econômica. Construir uma grande nação brasileira não é utopia (discurso de posse, lido por José Sarney). *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 mar 1985, p.1-2

PINTO, Celso. Críticas internas irritam Sarney. *Gazeta Mercantil*. Rio de Janeiro: 26 ago 1985, p.3.

HESSEL, Rosana. "Conheça Langoni, o guru do ministro Paulo Guedes". Brasília: *Correio Braziliense*, 12 maio 2019.

RABELLO DE CASTRO, Paulo In *O Estado de S. Paulo*. *Criticado o método de correção*. São Paulo, 25 mar 1985, p. 48.

RIDING, Alan. Brazil, outlining goals, makes plea do creditors. Nova Iorque: *The New York Times*, 9 maio 1985, p.98.

RIDING, Alan. Brazilians still unsure Sarney can do the job. Nova Iorque: *The New York Times*, 23 jun. 1985, section 4, p.2

BRAZILIANS STILL UNSURE SARNEY CAN DO THE JOB

SAYAD, João. In *O Globo*. *Sayad nega congelamento de preço e salário*. Rio de Janeiro: 20 dez 1981, p. 21.

## Livros e artigos científicos

ANDRADA, Alexandre F. S. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor?. *Brazilian Journal of Political Economy* 38, no. 4 (2018): 781-799.

ANDRADA, Alexandre F. S., Boianovsky, Mauro, & Cabello, Andrea F. (2018). O Clube de Economistas e a: Um Episódio na História do Desenvolvimentismo Nacionalista no Brasil. *Estudos Econômicos* (São Paulo), 48(4), 721-756.

ARIDA, Pérsio e LARA RESENDE, André. Recessão e taxa de juros: o Brasil nos primórdios da década de 1980. *Brazilian Journal of Political Economy* 5, no. 1 (1985).

BRESSER-PEREIRA, Luiz. C. B. (1993). Heterodoxia e ortodoxia no Plano Bresser. *Revista Conjuntura Econômica*, 47(2), 52-54.

CARNEIRO, Dionísio Dias e MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, 24a reimpressão, pp. 295-322.

CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*, 4a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1985].

COUTINHO, Luciano. Não foi por falta de aviso. *Brazilian Journal of Political Economy* 3, no. 1 (1983).

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. 4a edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DORNELLES, Francisco. Discurso de posse no ministério da Fazenda. *O Globo*. Rio de Janeiro: 16 mar 1985, p. 10.

FURTADO, Celso. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HIPPOLITO, Lucia. *PSD de raposas e reformistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LARA RESENDE, André, In: Solnik, Alex. *Os pais do cruzado contam porque não deu certo*. São Paulo: L&PM Editores, 1987.

LEMGRUBER, Antônio C. B. Expectativas racionais e o dilema produto real/inflação no Brasil. *Revista Brasileira de Economia* 44, n. 1 (1990)

LEITÃO, Miriam. *Saga brasileira. A longa luta de um povo por sua moeda*", 8a edição. Rio de Janeiro: Record, 2013.

LIPSEY, Richard G. "Government and inflation." *The American Economic Review* 72, no. 2 (1982): 67-71.

LOPES, Francisco. *O choque heterodoxo. Combate à inflação e reforma monetária*. 9a edição. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RIBEIRO, José Augusto. *Tancredo Neves. A noite do destino*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MODIANO, Eduardo. A ópera dos três cruzados In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, 24a reimpressão, pp 347-387.

SAYAD, João. A funcionalidade política da recessão. *Brazilian Journal of Political Economy* 1, no. 4 (1981).

SERRA, José. A crise econômica e o flagelo do desemprego. *Brazilian Journal of Political Economy* 4, no. 4 (1984)

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*, 8a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1988].

VITAL, Sebastião M. Inflação zero: sucesso político imediato. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, abril 1986.

VITAL, Sebastião M. Taxa de juros, inflação e recessão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 dez 1982, p. 11

WERNECK, Rogério L. F. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(3), 1986.